



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ALINE SILVA DE MIRANDA

**CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR: A EDUCAÇÃO DO MST ENQUANTO
MODELOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA LIBERTADORA.**

RIO DE JANEIRO

2018

ALINE SILVA DE MIRANDA

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR: A EDUCAÇÃO DO MST ENQUANTO
MODELOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA LIBERTADORA

Monografia apresentada à Coordenação
de graduação do curso de pedagogia da
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO.

Sob a orientação do Professor
Doutor Reuber Gerbassi Scofano

Rio de Janeiro

2018

Aline Silva de Miranda

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR: A EDUCAÇÃO DO MST ENQUANTO
MODELOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA LIBERTADORA

Monografia apresentada à Coordenação
de graduação do curso de pedagogia da
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO.

Aprovada em _____

Professor - Dr.º : REUBER GERBASSI SCOFANO - Orientador / FE-UFRJ

Banca examinadora Professora - Dr.ª MARTA LIMA DE SOUZA / FE-UFRJ

Banca examinadora- Professora - Dr.ª Mª. VITORIA C. M. MAIA / FE-UFRJ

Dedico este trabalho a todas as classes Populares desse País, em especial aos Militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra o “MST”, que lutam todos os dias por uma Educação de qualidade, na cidade ou no campo, em busca de Terra, Trabalho digno e Soberania Popular.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos Pais Célio e Raquel e meu amado Padrasto Nelson Mário pela base familiar, pelo exemplo de honestidade e de garra construídos desde a infância até a fase adulta.

A toda minha família que com muito carinho, força e incentivo não mediram esforços para que eu chegasse até aqui, em especial meus irmãos Aline e Bernardo.

Ao meu noivo e companheiro de luta social Alessandro Mendes, por ter tido paciência todos os dias em que estive angustiada, sem seu amor e dedicação, certamente não teria conseguido.

Ao meu amigo e companheiro Rafael Fadeso, por ter me apresentado a UFRJ em minha classificação e ter sido o principal incentivador para o meu ingresso no curso de Pedagogia.

Aos amigos da minha turma que não deixaram desistir nessa longa jornada de alguns anos, em especial meus amigos Tania Maria, Roseni Maria e Daiane de Aquino onde os laços construídos durante o curso ultrapassaram os muros da Universidade e permanecerão durante a vida.

Aos professores pela dedicação e pela importância na minha vida acadêmica, especialmente à querida professora Marta Lima de Souza, que me inspirou a falar sobre Educação Popular nos primeiros períodos da faculdade.

Ao meu orientador Reuber Scofano, por todo ensinamento, contribuição e paciência. Por ser o meu principal referencial em olhar humanizado e compreensivo com os alunos dentro da Universidade, por ter me conduzido com clareza a analisar as problemáticas sociais a partir da luta de classes e não a partir da velha moral Burguesa.

A todos vocês, todo o meu respeito, carinho e Admiração.

“Instruí-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo o nosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda a nossa força.” (Antônio Gramsci).

RESUMO

O presente trabalho pretende contribuir através da pesquisa para a construção de projetos alternativos de Educação que possam, de fato, oferecer sentido concreto a vida das crianças, jovens e Adultos do Brasil, em contraponto ao atual projeto Capitalista e Burguês de Educação para o trabalho e Educação para a Burguesia. Tendo como principal referencia, o projeto político Educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), discutindo os conceitos Educação Popular e o papel do Estado e das Instituições Políticas e Sociais na Educação.

A metodologia utilizada, foi baseada nas pesquisas bibliográficas referentes a educação pública, educação popular e materiais pedagógicos do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além da observação e reflexão à respeito dos materiais difundidos pelo MEC.

Os autores que tomei como base foram Gaudêncio Frigotto,1993 e István Mezsáros,2008, que falam sobre a questão da Educação no sistema capitalista e fazem uma reflexão sobre a situação da escola pública no contexto da relação EDUCAÇÃO X CAPITALISMO.

Além de autores do cenário da educação popular e movimentos sociais que embasaram a pesquisa, como Paulo Freire,1967, Demerval Saviani,1999, Moacir Gadotti,2000, Conceição Paludo,2001 entre outros, no qual as leituras foram fundamentais para as reflexões e apontamentos deste trabalho.

Palavras Chaves: Escola Pública – Educação Popular - MST

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - Reflexões sobre a Escola Pública: Situação atual e suas contradições	11
1.1- A Escola Pública, Estado Capitalista Neoliberalismo?.....	14
1.2- A Escola Pública: Produtiva ou Improdutiva?.....	19
CAPÍTULO II- EDUCAÇÃO POPULAR: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E POLÍTICA	24
2.1- Coletivos Sociais Populares e Educação: Em busca de uma educação Libertária.....	32
2.2- Do Libertário/emancipatório ao Liberal/moderno - o apogeu e declínio da educação popular	34
2.3- A educação Popular: Entendendo o seu significado e desvendando os seus conceitos.....	39
CAPÍTULO III- A EDUCAÇÃO DO MST: UM NOVO REFERENCIAL DE ESCOLA PÚBLICA?	44
3.1- Os princípios da Educação no MST.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	57

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o que vivenciei de experiências práticas ao longo da minha vida pessoal e profissional, surgiu a necessidade de buscar formas de compreender o funcionamento da sociedade e do mundo e suas repercussões na Educação. Devido a ser filha de militantes do movimento popular, me permitiu enxergar desde cedo as injustiças sociais e educacionais desse País. Percebi, então, a necessidade de buscar caminhos emancipatórios para contribuir para uma transformação social contínua, referenciada na igualdade e na socialização de conhecimento.

A temática da Educação Popular surgiu quando fiz as primeiras leituras de Paulo Freire ainda no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. As leituras de Freire eram uma das possibilidades para encontrar na educação popular parte do caminho para uma alternativa contra – hegemônica, ao projeto de Educação Liberal do Estado Burguês. O Projeto Burguês vem se consolidando durante décadas no seio deste Estado, por meio de práticas políticas de cunho (Neo)-Liberal, através da mercantilização das políticas públicas sociais e educacionais como um todo. Um exemplo disso é a ausência da participação Estatal, Popular e comunitária na vida das escolas, em especial das escolas Públicas, que abrem cada vez mais portas para a atuação de grupos e interesses privados nas Políticas Públicas Educacionais destinadas às camadas mais pobres e desfavorecidas da sociedade.

Ao iniciar minha vida acadêmica na graduação de Pedagogia, passei a refletir mais detalhadamente sobre essas questões e problemáticas que norteiam a Educação Brasileira. Anteriormente, pensava, assim como a maioria dos brasileiros pensam, que a solução de todos os problemas sociais estavam diretamente ligados à educação. Porém, depois de algumas leituras, percebo que a educação, para além de não ser a “salvação”, é parte do problema.

Ficou cada vez mais claro que somente um projeto educacional público democrático, popular e libertário pode ser visto como alternativa de resistência e de luta ao processo educacional mercantilista e opressor que temos hoje, que garanta o desenvolvimento intelectual e formativo do trabalhador, para este assumir uma posição ofensiva na luta de classes.

A respeito das literaturas utilizadas para o aprofundamento, discussão e problematização do tema proposto, “Reflexões para uma Educação Pública e Libertária” - que propus pesquisar fazem os principais destaques nas leituras feitas ao longo dos anos da Formação inicial de Professores e na Graduação, como os livros de Paulo Freire inicialmente.

E para além da Literatura Freiriana, devido a minha própria atuação política e militante, fizeram parte das minhas leituras autores como Karl Marx, 2008, Engels, 2010, Saviani, 1999, Mézszáros, 2008, Conceição Paludo, 2001, Gaudêncio Frigotto, 1993, entre outros autores que ajudaram na compreensão da temática, permitindo a abordagem de forma crítico-reflexiva das questões/inquietações relevantes sobre o tema da pesquisa e problematizá-lo, refletindo para apontar algumas possibilidades de construção de um projeto de Educação Pública e Libertária para o Brasil.

Este grande desafio uma vez identificado e exposto, implica em atacar diretamente o problema Educacional do Estado Brasileiro capitalista, desigual, opressor e excludente.

Tendo a Educação Popular como ponto de partida para a construção de um novo projeto para a Educação Pública brasileira, usando como estudo de caso os princípios pedagógicos e filosóficos da educação dos Militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não acontece só na escola, ela consiste em um processo mais amplo na qual a luta pela escolarização é fundamental e de bandeira coletiva, o eixo central da luta pela escola dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem como referencial uma Escola Pública e de qualidade.

O objetivo da pesquisa é refletir a possibilidade de uma prática político pedagógica tendo como referencia as escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim uma questão de um projeto que sirva de contraponto para essa pratica de Educação excludente.

Essa pesquisa constitui-se em um processo extenso, crítico e cauteloso que pretendo conduzir mergulhando nas raízes historiográficas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (suas raízes, sua luta política e a metodologia pedagógica do movimento em seus acampamentos) e nas raízes historiográficas da

própria educação popular e a evolução do seu próprio significado ao longo do processo de luta educacional do Brasil. Até onde de fato – o próprio “conceito” educação popular é visto como um processo educacional “do povo” e “para o povo” na construção de conhecimentos técnicos e científicos por meio da articulação e aglutinação de uma multiplicidade de saberes populares, ou o mero conceito capitalista transvestido de “moderno” – aonde a educação popular é apenas mais um modelo de preparação para o trabalho e competição sistemática capitalista daqueles que, pelos mais diversos motivos, tiveram “menos” oportunidades que os demais.

Este trabalho monográfico está dividido em três capítulos dispostos da seguinte maneira: no primeiro capítulo, levantamos uma reflexão do modelo de escola Pública e suas contradições, no segundo capítulo traçamos uma trajetória histórica, política e conceitual da Educação Popular e no terceiro e último capítulo apresentamos como referencial o projeto político e Educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como contraponto e alternativa ao projeto de Educação Capitalista vigente.

CAPÍTULO I

Reflexões sobre a Escola Pública: Situação atual e suas contradições.

A constituição dos chamados "sistemas nacionais de ensino" data de meados do século passado. Sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa (SAVIANI, 1944, p. 142)

As referências para o nascimento do atual conceito de escola pública remetem à institucionalização dos "sistemas nacionais de ensino" como bem afirmou Saviani (1994). No sentido de haver uma permanente disputa de projetos: o projeto burguês e o projeto social popular.

No projeto burguês, a educação em si e a função da escola estão sob a égide da educação controlada pelo Estado. O Estado tem sido defensor dos interesses do capital com a finalidade apenas de investir majoritariamente em uma educação tecnicista para formação de mão de obra explorada e de mercado consumidor. Neste contexto, a educação vem sendo, embora com inúmeras contradições, instrumento de dominação da classe burguesa sobre as classes trabalhadoras e de alienação de consciência das camadas populares no geral.

No projeto social e popular, a educação é vista como um direito de todos e dever do Estado. O Estado deve estar à serviço dos interesses dos trabalhadores e das classes populares, tendo a escola como um local não mais apenas de um espaço para a construção e a socialização de saberes sistematizados respeitando e partindo dos saberes populares para a compreensão de um conhecimento que, de fato, possa dar um sentido concreto à vida dos trabalhadores para a idealização de um projeto de sociedade mais justa, igualitária e realmente livre, em contrapartida ao Estado capitalista.

A tarefa de conceder a atual definição de escola pública a partir das políticas educacionais e do cotidiano das escolas concretas tende ser uma tarefa demasiadamente simples e ao mesmo tempo complexa. Simples porque, para inicialmente termos uma ideia de escola Pública, basta olhar para o quadro em que a educação se encontra: Escolas sem estruturas, salas lotadas, alunos que não aprendem professores em greve e etc... E, complexa, porque a escola Pública é antes de tudo uma Instituição política e entendê-la/decifrá-la demanda uma tarefa que necessita ser bem detalhada e trabalhada, tal como procurar entender o próprio processo orgânico político e social dos dias atuais.

Segundo Saviani e Duarte (2012) vivemos hoje, uma "crise de identidade política", a saber, os grupos e partidos que deveriam representar e defender os interesses do povo e da classe trabalhadora, não o têm feito e quando tentam fazer, acabam por ser de uma forma demasiadamente equivocada, que vai contra os interesses desses mesmos trabalhadores que eles deveriam representar.

Tal comparação é um ponto principal ao debruçarmos sobre a temática da escola pública, e compreendermos as raízes de seus problemas. Ou seja, enquanto instituição Pública a escola deveria ser um instrumento que colocasse a socialização do saber como ponto principal e primordial da educação, colocando este mesmo saber a disposição das classes populares e trabalhadoras para que tenham suas reivindicações legitimadas e atendidas. Entretanto o fato é que a escola não só acaba fugindo desse compromisso como transforma a educação em uma mera mercadoria a ser negociada, como mais uma forma hegemônica de dominação e controle da sociedade pelo capital e seus interesses.

A escola Pública atual e hegemônica atende a uma política educacional que nada mais faz que apresentar um mero projeto de formação para o trabalho. Atentando para o fato deste "trabalho", nada tem a ver com produção cultural, científica e intelectual, por um saber sistematizado que dê sentido a vida e a existência humana, mas sim por um processo em que o trabalho nada mais é que a atividade exploradora de um determinado grupo sobre o outro, a fim de se construir uma hegemonia cultural, econômica e política, como bem ocorre nas relações de trabalho e social em nossos dias. Sobre esse modelo de escola que prepara para o trabalho, Gramsci nos diz:

Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas do tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada (GRAMSCI, 1991, p. 136).

Ou seja, a Escola Pública atual tem formação básica a especificidade para o trabalho, ainda que não profissionalizante, mas para a disciplina do trabalho, a doutrinação de uma determinada atividade maquiada como essencial e significativa para a vida, mas tem por sua essência a perpetuação das diferenças sociais por meio da exploração da força de trabalho, aonde o lucro de poucos será resultado do suor de muitos, sendo tal processo transvertido de realidade social e democrática.

Portanto, isso implicaria em afirmar que Escola Pública é Burguesa? De acordo com Frigotto (1992), ela defende os interesses do capitalismo com sua proposta de saber fragmentado, descentralizado e mercantilista. Entretanto, não podemos esquecer que este projeto de escola pública não existe por si só, estando condicionado e sujeito às ações de um projeto de Estado com esta mesma ideologia, ou seja, a escola Pública é, portanto, o reflexo e contém as contradições possíveis do Estado Burguês.

A escola Pública, por ser “Pública”, é condicionada a existência de um “Estado” que gere, administra e controla este “Público”, ou seja, quando nos referimos aqui em “Estado”, remete-se diretamente à “Escola”, pois tal ligação é constantemente ativa, orgânica e impossível de ser dissociada.

Entendendo e refletindo sobre tal processo passamos a compreender que as mazelas, os problemas e todas as demais contradições da escola pública, possuem suas raízes nos projetos de Escola Pública e de Educação Pública, criados sob a égide da ideologia deste mesmo Estado. Tais problemáticas estão enraizadas no próprio processo de formação e consolidação do Estado enquanto instituição que representa a classe capitalista, burguesa e perpetuadora da ideologia de dominação de classes.

Diante deste contexto torna-se necessário enfrentar o desafio de ressignificar a escola pública atual, não só como uma escola voltada para as classes populares, mas uma escola de educação popular que tenha um compromisso real em atender às necessidades dos sujeitos.

Tornam-se necessários que sindicatos e outras organizações de trabalhadores, educadores, estudantes e tantos outros movimentos ligados a essa luta, possam levar esse debate a nível Nacional que perpassasse desde as esferas instituídas de poder aos conselhos e associações de classes populares, para que lutem não em nome de uma proposta de educação “vazia”, mas sim de uma educação que possa socializar o conhecimento e prepare os jovens para os novos desafios de contribuir para a construção de uma educação Pública democrática, sensível as reais necessidades populares, como as de Terra, Educação e Trabalho. Por isso, temos como referencial o projeto político educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, no qual veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

1.1 A Escola Pública, Estado Capitalista e Neoliberalismo?

A relação entre o Estado capitalista, neoliberalismo e a Escola Pública como já apresentado inicialmente é orgânica e ativa. A Escola Pública na sociedade neoliberal tem como fundamento o saber fragmentado e o projeto de educação tecnicista voltado para os interesses do mercado capitalista. Ademais, passa a assumir com clareza e cumprir com êxito o seu papel ideológico de instrumento de dominação da classe trabalhadora por parte da classe Burguesa cuja finalidade é o controle e manutenção do poder e da ordem burguesa.

Observando como determinados setores da sociedade civil estão associados com o Estado capitalista e neoliberal e ainda remetendo ao fato que a escola pública é uma instituição política operada ideologicamente pelo Estado enquanto defensor dos interesses do sistema capitalista, temos uma completa desarticulação do caráter funcional de socialização de saberes sistematizados por parte da Escola Pública.

Os saberes sistematizados são substituídos pelos conhecimentos e conteúdos necessários ao mercado de trabalho e preparação para o mercado de consumo da sociedade neoliberal sendo operada por meio da mediação entre os interesses do capital e do Estado. Essa substituição é apresentada pela burguesia como necessária para a solução de todos os problemas da escola e para o desenvolvimento do Estado. Observando o que afirma Mézáros:

As mudanças sobre tais limitações, apriorísticas e prejudgadas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução (MÉZÁROS, 2008, p.25).

Isso implica afirmar que tal solução, ou melhor, a crise em que se encontra a educação do Estado capitalista para a burguesia, parece resumir em meros detalhes e defeitos estruturais que necessitam ser corrigidos por meio de parcerias entre o público e o privado. O mesmo pensamento burguês é válido ao refletir sobre os problemas da Escola Pública. Alias, é importante ainda ressaltar que a solução na visão neoliberal como um todo se resume em apenas corrigir estes detalhes, sem de modo algum alterar os mecanismos de reprodução da ordem e da lógica social capitalista, pois isto implicaria em expropriação da propriedade privada.

O conceito de ordem para Paludo (2001) associa o Estado Capitalista diretamente com o conceito de desenvolvimento, sendo este, nada mais do que o fato das coisas simplesmente funcionarem nos seus devidos lugares a fim de se chegar ao progresso. Ou seja, o modo como se dão as relações de produção na sociedade capitalista. Sendo que podemos considerar “desenvolvimentismo”, como o dinamismo da relação direta entre a ordem necessária para a manutenção das forças de produção - cujos meios e modos estão atrelados à propriedade privada - e sua relação direta com o progresso. O desenvolvimento para a burguesia e para sociedade capitalista constitui em uma necessidade para a ordem social e para o

funcionamento deste Estado e, conseqüentemente, a ordem de funcionamento da vida social sob o capitalismo.

Alterar estes mecanismos de reprodução na ótica filosófica deste mesmo Estado consiste para a burguesia em um atentado contra a própria sociedade, no sentido próprio de alterar o funcionamento natural da ordem da vida, na concepção de manutenção de poder da mesma por meio da exploração da classe trabalhadora. Ou seja, qualquer tentativa de reverter esta “ordem”, é vista de maneira criminosa.

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, a realidade da ideia moral, a imagem e a realidade da razão como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2010, p.234).

Ou seja, para a classe dominante e seu Estado Capitalista, qualquer tentativa de alterar a sua ordem vigente é, diretamente, um ato de questionar as relações de produção, o sentido do trabalho e até mesmo o sentido deste “progresso”, isso nos permite compreender dentre outras coisas, a fragmentação em que se encontram as massas e o grande aparato de repressão que o Estado tem utilizado nestes últimos tempos contra a população, a juventude, os trabalhadores e os movimentos sociais. Para o Estado Capitalista/Burguês, sair às ruas e lutar, reivindicar, protestar e cobrar direitos sociais e justiça social para todos sempre constitui um ato criminoso. No Brasil, percebemos isto claramente quando olhamos e analisamos os acontecimentos ocorridos nas últimas manifestações reivindicatórias por direitos. Neste tipo e referencial de entidade estatal se encontra a escola Pública, que reproduz hegemonicamente estas mesmas práticas estatais “modernas” no âmbito escolar, desde as salas de aula até a gestão escolar.

Entendendo que a lógica deste Estado se baseia na defesa do interesse capitalista, e nos valores modernos de competitividade, de relativização e

fragmentação da realidade, consegue-se compreender o funcionamento do modelo de gestão escolar deste sistema. Os princípios da gestão são mercantilistas excludentes, desiguais e opressores na administração da escola.

Isso fica evidente ao analisarmos a política educacional para a gestão, que se limita basicamente ao cumprimento de determinadas metas pelos Municípios e Estados para que estes possam receber os recursos do governo Federal para serem investidos na educação¹.

A problemática é que, conforme a lógica capitalista de lucro e competitividade, não existe uma preocupação, ou mesmo uma discussão a respeito do modelo destas metas ou de que forma ou como esses recursos devem ser empregados. Em nome da “educação de qualidade” e de uma “escola produtiva” (itens a serem analisados detalhadamente mais a frente) se definem e são traçadas estas metas e a aplicação destes recursos conforme as normas ditadas pelo capitalismo e sua lógica de mercado, e não pela comunidade escolar, movimentos sociais/populares e associações de classes representativas dos interesses da população no geral.

Esse funcionamento de gestão escolar na política educacional brasileira tem sido hegemônico e o que tem ganhado destaque nos últimos governos é a centralidade dos problemas delegados a ineficiência educacional, que conseqüentemente, geram a crise econômica, política e social. A partir de Deitos e Xavier (2006) evidenciamos que a política educacional brasileira cumpre a função ideológica para justificar que a superação de problemas, que são resultantes do sistema econômico e social, por meio de inúmeras medidas e programas no setor educacional. A superação da inadequação educacional acusados pela ineficiência e ausência das competências necessárias para inserir o país no contexto da globalização, são artifícios utilizados para justificar tais programas.

¹ Ver texto de Demerval Saviani, “O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC”. Referente ao plano de desenvolvimento da educação, que trata da articulação de parcerias entre a União, Estado e Município. As verbas são repassadas de acordo com o cumprimento de metas do IDEB (Índice de desenvolvimento de educação Básica). Tal lógica é ditada pelo projeto capitalista global e seus organismos representativos, tais como o Banco Mundial (BM), Fundo monetário internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Justifica-se o modelo mercantilista capitalista e neoliberal para alcançar uma educação de qualidade² em detrimento de um modelo realmente democrático social e popular. A problemática, entretanto, é justamente o significado da “qualidade da educação” para a burguesia interessa uma educação de caráter alienante, fragmentada e com formação unicamente para o trabalho no sentido de produção capitalista e competitividade e consumo ditados pelo capitalismo.

O modelo de gestão popular social e democrático é denominado como desagregador, unicamente pelo fato do mesmo ir contra a lógica capitalista de mercado e os valores modernos fragmentados de competitividade e consumo, estes associados ao ideal imaginário do “desenvolvimentismo” da sociedade burguesa capitalista, essencial para a manutenção da alienação de consciência das massas e o controle sobre a força de produção das mesmas, pela elite burguesa detentora da propriedade privada dos meios e modos de produção. Logo todos os que apresentam um contraponto a este modelo são tidos como criminosos para a burguesia e seus valores ideológicos neoliberais e capitalistas. Isto se evidencia na atualidade quando vemos o modo como os trabalhadores da educação que se contrapõe legitimamente ao atual modelo de gestão e de política educacional são tratados pelo Estado - com repressão pelo aparato dominante tendo suas reivindicações criminalizadas, tal qual sempre aconteceu nas sociedades capitalistas e como a burguesia faz com movimentos sociais quando expõe suas necessidades e contrapõem a ordem vigente do capitalismo, a dominação da força de trabalho das massas trabalhadoras e a detenção das riquezas mediante a propriedade privada.

Entendemos então, que, a escola pública se constitui em uma instituição que surge no âmbito deste Estado e seus valores políticos, culturais e sociais. Entretanto, nos é cabível indagar como a escola pública consiste numa instituição da sociedade política dominada pelo braço de ferro do Estado burguês e capitalista, sendo ao mesmo tempo, instituição da sociedade organizada como um possível instrumento para a reivindicação de direitos da classe trabalhadora. Esta reflexão é fundamental para compreender como a ideologia política da burguesia penetra sorrateiramente na Educação Pública mediante o processo de privatização da

² Conceito de qualidade para o MEC, segundo o documento do PDE. “O PDE também pode ser apresentado como plano executivo, como conjunto de programas que visam dar consequência as metas quantitativas”. (Plano de Desenvolvimento Educacional, 2007, p.7).

escola pública, com uma aparência de políticas sociais desenvolvimentistas, sendo essas, segundo Saviani e Duarte:

O sistema escolar estrutura-se de forma fragmentada, reproduzindo a divisão social do trabalho e a lógica de mercado. O acesso ao conhecimento dá – se de maneira profundamente desigual e seletiva. Tudo isso, entretanto, é camuflado pelo discurso de respeito às diferenças culturais, pelo fetichismo da democratização do acesso ao conhecimento, espontaneamente assegurada pelas tecnologias de informação e pela subordinação dos objetivos da educação escolar a uma lógica de permanente esforço do indivíduo para se adaptar as mudanças constantes das condições de vida e de trabalho, normalmente no sentido da precarização. (SAVIANI et all DUARTE, 2012, p.2)

A problemática, mais uma vez, é o projeto do Estado capitalista e como ele trabalha em relação às massas, para desenvolver todas as coisas na esperança de um funcionamento perfeito de sociedade em que todos sejam plenamente felizes e realizados. Neste sentido, o mercado consumidor traçado de acordo com as demandas do Estado capitalista acaba transformando a sociedade em um mero braço de funcionamento para a manutenção da ordem política social e econômica da burguesia. A força de trabalho da sociedade necessita ser controlada a fim de assegurar o perfeito “funcionamento das coisas”- ou seja, o “desenvolvimento” da nação. Neste contexto, o “desenvolvimento” da escola pública se dá mediante a privatização dos seus meios e modos de produção.

1.2 A Escola Pública: Produtiva ou Improdutiva?

Antes de tudo, precisamos ter em mente que, para a Burguesia e o Estado capitalista, os conceitos de “produtividade e improdutividade” da escola pública estão diretamente ligados à ideologia capitalista do modelo hegemônico de sociedade. A dualidade do produto/ improdutivo tem relação com escola que é improdutiva do ponto de vista de atender aos interesses e as necessidades das

classes trabalhadoras no geral. Entretanto, ela vem se tornando cada vez mais produtiva para o estado moderno do ponto de vista do capital, a escola torna-se cada vez mais produtiva devido ao advento e à utilização de novas tecnologias, cuja propagação, desenvolvimento e divulgação se dão em uma velocidade sem limites.

A escola, na medida em que é produtiva e improdutiva de acordo com sua práxis, pode desarticular alguns interesses e rearticular outros novos.

Gaudêncio Frigotto afirma, na sua obra “A Produtividade da Escola Improdutiva” que:

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO, 1993, p.41).

Frigotto ainda ressalta, sobre a questão da improdutividade escolar:

Sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna se produtiva na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital (FRIGOTTO, 1993, p.224).

Partindo do pressuposto de que nas sociedades capitalistas avançadas a educação e a escola estão colocadas diretamente como ferramentas de manutenção do poder e dos interesses da burguesia e das classes dominantes, a articulação da produtividade da educação e da escola estão diretamente ligadas aos interesses burgueses e capitalistas, na medida em que são vistas como espaços de disputas por hegemonia, ao disputar, conquistar e manter estes espaços, as classes dominantes capitalistas têm em mãos todas as ferramentas necessárias para a manutenção do poder. Como Mezsaros afirma em sua obra “Educação Para além do Capital”:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: Fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. _ Ainda em outras palavras tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em Lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. (MESZAROS, 2008, p. 26).

Neste sentido a educação e a escola desempenha um papel fundamental no Estado capitalista e no seu contexto econômico neoliberal, pois a mesma é quem forma e capacita o trabalhador para o processo de produção, ao mesmo tempo que cumpre o papel ideológico de uma conformação com a ordem estabelecida.

O conjunto das reformas nos sistemas educacionais tem por objetivo assegurar este caráter de formação produtivo da escola - ser um instrumento poderoso em promover o crescimento econômico por meio da formação de “capital humano” que possa servir prioritariamente aos interesses do mercado capitalista. Não é de se estranhar que os principais organismos internacionais da burguesia e do capital, como o Banco Mundial-(BM), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico-(OCDE), a Comissão Europeia-(CE) e a Organização Mundial do Comércio-(OMC), começaram a expressar em seus documentos a preocupação pela temática da educação, pela “qualidade” da mesma, sobretudo nos países periféricos e em desenvolvimento.

Estes organismos internacionais oferecem modelos políticos de reformas educacionais a serem instituídos, tendo o Estado como regulador, fiscalizador e institucionalizador das políticas específicas das suas reformas, geralmente os operadores da educação devendo ser grupos privados e grandes investidores de mercados. Laval (2002) chega a afirmar que estes organismos (BM, OCDE, CE, OMC), devido à sua atuação junto ao Estado, estão sendo considerados como os definidores da nova ordem educacional mundial, a ordem produtiva. "Nunca havia sido tão claro que um modelo homogêneo podia se tornar o horizonte comum dos sistemas educativos nacionais e que seu poder de imposição viria justamente de seu caráter mundializado".

A concepção do capital humano contribui para a continuidade da alienação do trabalhador, pois defende que o investimento em educação é um fator predominante para levar as pessoas ao desenvolvimento financeiro e, conseqüentemente, levar o país a crescer junto. Outra problemática é a visão da educação como atividade capaz e que tem a obrigação de sanar todos os problemas sociais, desviando o foco dos verdadeiros problemas causadores da desigualdade.

A produtividade da escola mediante o vínculo com a formação de capital humano tem por objetivo desqualificar a classe trabalhadora e suas instituições representativas, além dos movimentos sociais e demais associações populares de classe. Trata-se de desapropriar os saberes de seu trabalho, transformando a escola em uma instituição de formação cujo espaço é marcado pela predominância das relações de produção, utilizada como mediadora dos interesses do sistema capitalista ao oferecer a transmissão de um saber deformado e funcional para o mercado, procurando assim garantir o domínio da burguesia e a manutenção do capitalismo.

Segundo Frigotto (1993), as relações e as reivindicações sociais acabam permanecendo em segundo plano e a política educacional fica completamente subordinada à política econômica. Com o ideal de competitividade e consumos pós-modernos, ideologicamente ditados pelo capitalismo crescendo assustadoramente enquanto valor supremo de um modelo de sociedade sobrevivente do período da guerra fria para mundo tem-se que, a melhor colocação e competitividade de um país passam a ser atrelados como fatores determinantes ao grau de seu desenvolvimento educacional na ótica do capital humano. Quanto mais a educação for de qualidade, mais competitivo no mercado e mais desenvolvido o país será. Sendo assim, os países passam a se preocupar mais com a “qualidade” da política de seus sistemas educacionais no sentido desta ser capaz de tornar os seus alunos mais competitivos no mercado.

É preciso ter o entendimento de que a produtividade do sistema educacional brasileiro está ligada diretamente, de um lado, a operacionalidade do mesmo, junto ao ideário mercadológico capitalista fincado no projeto de educação nacional ditado pelos organismos internacionais representativos da burguesia e das classes dominantes.

De outro lado, transmitindo às massas e à comunidade escolar no geral a visão da educação como redentora de todas as mazelas sociais existentes. Sendo depositada na educação a função de formação de mão de obra necessária para a produção do capitalismo. A partir daí que, na ideologia da teoria do capital humano, a educação passa a ganhar funcionalidade, passando a um sistema de valores, políticas e ideais que fomentam o “status quo” do Estado capitalismo e neoliberal e auxiliando a manutenção dos mesmos.

Isso se torna visível ao analisarmos as atuais políticas sociais atuais dirigidas aos grupos mais vulneráveis da população. Citando como exemplos os programas bolsa família, Brasil sem miséria, dentre outros, podemos ver que embora, absolutamente, necessárias como alguns dos muitos instrumentos a serem empregados para corrigir e eliminar as desigualdades sociais, suas diretrizes são elaboradas conforme as normas e recomendações ditadas pelos organismos mundiais institucionalizados como representantes da burguesia e do capital, ou seja, da OMC, OCDE, Banco Mundial, entre outros, de tal modo que as mesmas acabam por atuar meramente como políticas paliativas de distribuição de renda para o mercado atrelado à lógica capitalista de consumismo e competitividade, sendo assim completamente desarticuladas da questão central para o qual foram criadas - a erradicação da pobreza extrema dos grupos pobres mais vulneráveis.

Sendo assim, confirmamos e evidenciamos as críticas de diversos autores e pensadores, como Frigotto. A questão da produtividade da escola, quando afirmam que a “produtividade” desta nada mais é do que a escola e a educação tidas como os principais instrumentos de dominação e perpetuação da lógica de mercado e alienação da consciência e subjetividade/relativização da realidade na sociedade capitalista. Mantendo, assim, a perpetuação e o funcionamento do sistema capitalista, burguês e liberal. Neste sentido, a educação popular pode ser apresentada como referência de um projeto de contraponto ao processo educacional produtivista de escola do Estado capitalista, e ainda, podendo ser tomada como um ponto inicial da contribuição da educação para a construção de um novo modo e projeto de sociedade.

CAPÍTULO II

Educação Popular: Trajetória Histórica e Política

A educação popular surgiu na América Latina no calor das lutas populares dentro e fora do Estado. Nesse sentido, afirma Gadotti:

A educação popular, como prática pedagógica e educacional pode ser encontrada em todos os continentes, manifestadas em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. A educação popular passou por diversos momentos epistemológicos – educacionais e organizativas, desde a busca pela conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências. (GADOTTI, 1999, p. 06)

A proposta é refletir acerca da educação popular primeiro como processo histórico para compreender brevemente o seu contexto e posteriormente apresentar a diferença de Paulo Freire na educação popular.

Para Brandão (1981), sempre que nos remetemos à educação popular, a tendência é ligarmos imediatamente, como alguma modalidade agenciada e profissional de extensão dos serviços da escola a diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade, ou a grupos sociais de outras etnias, existentes nela ou à sua margem. Ou até mesmo a determinados tipos de luta de políticos e intelectuais para que tal educação escolar que seja de algum modo estendida ao povo.

Pretendemos então, resgatar os primeiros indícios da educação Popular no Brasil, a partir do trabalho pedagógico dos primeiros missionários no Brasil. O

sociólogo Fernando de Azevedo associa o ensino escolar que os Jesuítas deram a crianças indígenas, mestiças e ancas como o embrião de uma educação popular no país.

Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando numa mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis — brancos índios e mestiços — e procurando na educação dos filhos conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra da catequese, mas lançavam as bases da educação popular...(AZEVEDO, 1963, p. 15).

O trabalho pedagógico escolar dirigido aos índios, negros e brancos pobres foi restritivo e provisório durante todo o período de colonização no Brasil. O nosso primeiro sistema escolar tomou no Brasil a forma usual da educação na sociedade colonizada, funcionando da seguinte maneira: algumas missões com escolas para alguns grupos indígenas e outras raras escolas de ordens religiosas dirigidas predominantemente a filhos e filhas de senhores da Coroa e homens ricos da cidade ou do campo, “uma rede espontânea de pequenas escolas de primeiras letras, exercidas por professores leigos, muitos deles pouco mais do que “alfabetizados”, como costuma acontecer até hoje no interior do Brasil”. (BRANDÃO, 1981, p. 89)

Como crítica ao trabalho educacional jesuíta, Maria Lucia de Arruda Aranha analisa na obra História da Educação:

A companhia jesuíta é acusada de decadente e ultrapassada, de estar mais preocupada com a formação dos novos jesuítas do que com a educação dos jovens. Afinal, o universalismo do ensino distancia os alunos do mundo por ser muito formal, e, portanto ineficaz para a vida prática. O ideal do *honnête homme* vincula-se aí a um humanismo desencarnado preocupado com as belas letras e com saber por saber típico dos letrados e eruditos. Isso não faz mais sentido num mundo em que a revolução nas ciências e nas técnicas necessita formar o homem prático, aquele que não precisa saber para se transformar. Não mais se justifica o desprezo pelo espírito crítico, pela pesquisa e experimentação (ARANHA, 1989, p.113).

Enquanto modelo de educação jesuíta se dava por meio de um eruditismo de saber, descompromissado com a visão crítica de mundo, pequenas oficinas de trabalho urbano foram surgindo nesse tempo histórico, corporadas ou comunitárias,

onde diversos saberes se difundiam. Formavam durante a prática do trabalho/ensino, artesãos, futuros mestres que ensinariam a outros aprendizes, diversas tarefas como seleiros, ferreiros, marceneiros, pedreiros, pintores e assim por diante.

A aprendizagem dos ofícios manufatureiros era realizada, na colônia, segundo padrões predominantemente assistemáticos, consistindo no desempenho, por ajudantes/aprendizes, das tarefas integrantes do processo técnico de trabalho. Os ajudantes não eram necessariamente aprendizes, mesmo quando menores de idade. O fato de um outro aprender o ofício não era intencional nem necessário. As corporações de ofício, ao contrário, programavam a aprendizagem sistemática de todos os ofícios embandeirados, estipulando que todos os menores ajudantes devessem ser, necessariamente, aprendizes, a menos que fossem escravos. Determinavam o número máximo de aprendizes por mestre, a duração da aprendizagem, os mecanismos de avaliação, os registros dos contratos de aprendizagem, a remuneração dos aprendizes e outras questões (CUNHA, 1978, p. 33).

Longe das escolas, fora das oficinas, uma multidão de índios cativos, de negros escravos e de brancos livres e pobres aprendiam no ofício do trabalho o seu saber e, nos da vida, os seus ensinamentos. Uma gente que produzia para o senhor, o Reino e a cidade toda a sua riqueza material, mas a quem os de lá chamavam: “sem eira nem beira”, a quem não interessavam as regras e o saber da escola, e a quem durante muitos anos não interessava à escola atingir.

Anos mais tarde com o início da Industrialização no Brasil e a maciça imigração europeia junto com o surgimento de novas oportunidades de trabalho na cidade, começou então uma real expansão do ensino voltada para o mercado, visando o desenvolvimento por meio da Industrialização.

Paludo afirma (2001), que a escola Pública, durante muitos anos, esteve distante dos investimentos do governo (principalmente na zona Rural e Regiões mais afastadas), tiveram algumas iniciativas de criações de escolas gratuitas, que surgiram desde o império. Essas escolas foram aos poucos sendo ampliadas nos primeiros anos da República, porém a ausência de uma política educacional e a falta de um projeto que investisse de fato na Educação Pública resultou em progressos lentos, de efeitos pequenos sobre a população pobre e a participação delas na vida nacional.

É importante ressaltar ainda que, o início do projeto de Estado capitalista moderno Brasileiro também se deu no período Republicano, como afirma Paludo:

Em 1888 e em 1889, o Brasil faz um esforço para acompanhar o compasso da história: Liberta os escravos, institui a república e o trabalho livre, quando isso acontece, o mundo já se achava sob o domínio do capital monopolista, e a emergência do capital financeiro inaugurava o século XX. A Proclamação da república, entretanto, que representou a época, e ainda e representa simbolicamente o início do processo de implementação do projeto de modernidade, não inaugura e nem desenvolve um Estado - nação para todo o seu povo. (PALUDO, 2001, p.24).

Prado Junior (1970, p 208) nos afirma que “a mudança do regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o intuito apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular.”

Na prática, a proclamação da República e a abolição da escravatura não representaram um projeto que pudesse ser benéfico para a população no geral, no sentido de construir uma nação livre e soberana com igualdade política, econômica e social entre os seus cidadãos.

Pelo contrário, “consolidou o antigo sistema de oligarquias políticas, domínio econômico, legitimação da propriedade privada dos meios e modos de produção e exploração de classes no Brasil, dando raízes ao que mais tarde seria o Estado neoliberal, capitalista Brasileiro.” (PALUDO, p.24).

Ainda sobre esse período, o alto índice de analfabetismo e a carência escolar, principalmente das camadas mais populares do país. De acordo com Vanilda Paiva uma pesquisa apontava o índice de 85,2% de analfabetos, um dos índices mais altos dentre vários países que foram avaliados naquele Período. A autora ainda nos afirma que:

Ao iniciar-se o período republicano, a situação da instrução popular não era das mais alentadoras. Com uma população de 14 milhões de habitantes no último ano de Império, contávamos com uma frequência de apenas 250.000

alunos em nossas escolas primárias e o crescimento das escolas e matrículas se fazia muito lentamente. O progresso do ensino elementar na primeira metade da República Velha pode mesmo ser considerado insignificante; o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 anunciava um total de um pouco mais de 11 mil escolas elementares com matrícula de quase 600 mil alunos e frequência inferior a 400 mil em todo o país (PAIVA, 1986 p. 84).

Esse cenário começou a ser modificado a partir de 1920 até meados da segunda guerra mundial. Nesse período acontecia entre nós o que poderíamos chamar de uma ampla luta em favor de uma primeira Educação Popular. Com o fim da Guerra, os ideais democráticos vieram como uma esperança. Essa conjuntura Internacional interferiu nas mobilizações nacionais daquela época que deram grande ênfase ao movimento pela educação de massas.

Para Paiva (1986), a medida em que se buscava o progresso social e econômico da nação, tornava-se necessário pensar também em políticas de base, na qual além da alfabetização, a população tivesse seus direitos garantidos, ao mesmo tempo em que, para o estado liberal em pleno desenvolvimento necessitava de formação de quadros de mão de obra para a manutenção da produção e do processo desenvolvimento.

Naquele momento, todas as atenções estavam voltadas para o homem do campo que, até então, só conhecia a experiência rural, pois só vivia naquele contexto. Era preciso que ele tivesse acesso a noções de leitura, escrita, convivência social, para que ele pudesse conviver com exigências modernas, tornando-se, assim, mais adequado para a produção e defesa da nação.

Na década de 1950, alguns educadores iniciaram um intenso debate acerca das Ações Educativas para adolescentes e Adultos, que esteve fortemente relacionado com o debate da educação popular. Surgiram então, diversas indagações se a EJA era apenas uma transmissora de conteúdos ou uma possibilidade de propagação de ideias de cunho progressistas.

Para os intelectuais que defendiam estas ideias, um projeto de educação destinado às camadas populares não poderia ficar restrito somente à transmissão de conteúdos; era necessário pensar na formação de pessoas críticas e conscientes.

Segundo Paiva (1987), no final da década de 50, aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que educadores manifestaram diferentes posições relacionadas à nova perspectiva educacional. Dentre essas concepções, encontramos o pensamento de Paulo Freire, o qual atrai vários adeptos, como: educadores, intelectuais, estudantes, líderes comunitários de todo o país, em prol de uma Educação popular que em suma “[...] preconizava a alfabetização e a conscientização de todos” (BEISIEGEL, 1989, p. 15).

É pertinente citar o que Vanilda Paiva (1984), comenta a respeito da educação de adultos nessa época:

A educação dos adultos convertia-se num requisito indispensável para uma melhor reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significativa, o combate ao marginalismo, como pronunciamento de Lourenço Filho: Devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá, para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral. (PAIVA, 1984. p.179).

Isso nos remete à preocupação educativa voltada apenas para a alfabetização como forma de promover a “cidadania”, uma maior participação do povo, ainda que de forma restrita. Na verdade, foram tentativas de uma concepção de cunho popular, criado para a classe trabalhadora, mas sem a participação efetiva dos sujeitos da história. O que nos faz ao indagar se eram medidas de dominação desses sujeitos, para atenderem as necessidades do governo vigente e não as das classes trabalhadoras.

Para Paulo Freire (1996), juntamente com outros educadores, sugeriu então a revisão dos seguintes aspectos: 1- Processos utilizados no sistema educativo; 2- organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos; 3- desenvolvimento de um trabalho educativo com o homem e não para o homem; 4- a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno; 5- desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante do trabalho de só erguimento do país; 6- renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos,

substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais.

Segundo PAIVA (1987), esse período foi marcado por mobilizações em favor da Educação popular. Nele se iniciou uma luta para que se mudasse a visão preconceituosa que se tem sobre o analfabeto, como um ser incapaz, deficiente. À frente desse movimento, encontramos marxistas e não marxistas. Pode-se afirmar que esse processo vai se afunilando principalmente na luta contra o preconceito ao analfabeto e as classes populares que são tidas como desprovidas de um conhecimento útil, juntamente com a luta pelo seu direito ao voto.

Ocorre também a difusão dos ideais de Paulo Freire, que tinha tais indagações: “A serviço de quem educamos? Para quem educamos? O que ensinamos? Como ensinamos?”. Para Freire (1987), a Educação não poderia ser vista apenas como ferramenta para a transmissão de conhecimentos e reprodução das relações de poder instituídas no capitalismo, como acontecia na Educação bancária. Mas sim como uma ação capaz de libertação e emancipação das pessoas. “Uma prática cultural libertadora deveria envolver um trabalho intelectual de reelaboração dos elementos ideológicos da tradição de um povo”. (BRANDÃO, 2008, p. 28).

Freire teve a sua vida devotada à construção de uma educação libertadora capaz de instrumentalizar as camadas populares para lutar contra as relações opressoras do capitalismo e apresentarem um projeto alternativo de sociedade, mais justa e socialmente igualitária.

Considerado subversivo para a burguesia, segundo Brandão (2008), e além de seu tempo, suas reflexões foram construídas na sua prática, enquanto educador no Brasil e enquanto esteve no exílio. Em pouco tempo, tornou-se a pessoa cujas ideias eram mais ouvidas e dialogadas no âmbito da educação popular. O autor é lembrado como intelectual que mostrou a profunda coerência entre teoria e prática da educação e do educador, de fato, nos mostrou a importância da necessária militância na educação, entendida como um ato político, contrariando toda a visão que se propunha a uma concepção de educação como uma prática neutra.

As ideias Pedagógicas Freireanas foram base fundamental para a prática de Educação Popular, nos traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança.

A partir da proposta Freireana, educadores e educadoras, grupos de movimentos sociais e escolas têm desenvolvido uma ação de Educação Popular, procurando objetivar um projeto de educação libertária realmente popular que mobilize as massas para que organizadas possam contrapor a lógica capitalista e segregadora da Educação Capitalista.

Os seis elementos defendidos por Freire na página anterior, configuram a teorização desta prática. Elementos esquematizados e organizados a partir de considerações próprias e reinterpretação ou inovação de teorias existentes.

Freire propunha então uma educação popular pautada na dialogicidade, a partir das contradições da realidade capitalista, vivida por homens e mulheres, o conhecimento em uma constante metamorfose, pois é parte orgânica de sua construção material para um processo dialético de sensibilização de consciência dos sujeitos oprimidos pelo sistema que permitam a estes romperem com a alienação do ideário burguês a fim de que alcancem a sua emancipação. Como ele próprio afirma na obra “a pedagogia da autonomia”:

É neste sentido, por exemplo, que me aproximo de novo da questão da inconclusão do ser humano, de sua inserção num, permanente movimento de procura, que rediscuto a curiosidade ingênua e crítica, virando epistemológica. É nesse sentido que reinsisto que formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas, e por que não, dizer também da quase obstinação com quem falo do meu interesse por tudo o que diz respeito aos homens e as mulheres, assunto de que saio e a que volto com o gosto de quem a ele se dá pela primeira vez. Daí a crítica permanentemente presente em mim a malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e a utopia (FREIRE, 1996, p. 14).

Na ótica Freireana, a Educação Popular se faz basicamente na organização da classe trabalhadora, quando contesta o sistema político e a ordem econômica vigente. As ideias Freireanas sobre educação popular são compostas por grupos de educadores, militantes e trabalhadores dos diversos movimentos populares, que embasam a sua prática educativa.

Moacir Gadotti (1983) confirma as reflexões Freireanas, sobre a educação popular enquanto instrumento de transformação.

[...] A Educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideologica (...) Porque ela pode ser transformadora? Por que o trabalho educativo é essencialmente político e é o político que é o transformador. (GADOTTI,1983,p.162).

A pedagogia libertadora de Freire prevê uma práxis revolucionária, essencialmente humanista, na condução de uma teoria que não se separa da prática, mas ao contrário tem como base a ação dialógica que ela estabelece entre si, supõe a superação do projeto mecanicista de educação.

Nesse sentido é necessário fazer com que o educando se dê conta de seu próprio processo de conscientização, sabendo que “ninguém é sujeito da educação de ninguém” (FREIRE, 1996).

Portanto, não é possível falar em Paulo Freire sem associar à prática de uma educação Popular que não se reflete não se inova e que não promova uma superação em sua própria prática.

Não há conscientização, se de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe exploradora, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (FREIRE, 1928, p. 10).

2.1 Coletivos Sociais Populares e Educação: Em busca de uma educação Libertária

Em meados dos anos de 1960, o crescimento da participação popular no cenário político e nas iniciativas de educação popular concentrou diversos sujeitos coletivos, a favor de uma maior socialização política.

Os aparelhos privados de hegemonia, como a Igreja Católica, o partido comunista, os movimentos sociais, a União Nacional dos Estudantes (UNE),

constituíam importantes instrumentos de promoção da cultura e da educação popular.

Segundo PAIVA (1987), estudos da área nos mostram que de 1960 até 1964 a relação entre os governos progressistas e movimentos populares era propriamente de colaboração na educação popular. Nesse período, surgiram: o movimento de cultura popular (MCP), em Recife, com forte influência socialista e cristã, o Movimento de Educação de base (MEB), criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) com o apoio da presidência, fortalecendo o papel da Igreja Católica; o Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela UNE utilizando a música, o teatro, e o cinema popular como espaço de formação política; além de campanhas do tipo “De pé no chão também se aprende a ler”, que tiveram como objetivo a alfabetização de crianças e adultos das classes populares.

Neste contexto que antecedeu o golpe militar no Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo a teologia da libertação como referência, fizeram uma importante crítica à Igreja Católica, que havia apoiado o golpe militar e se tornaram espaços também de reflexão, socialização política e de resistência contra as injustiças cometidas.

Certamente, a educação popular nesse contexto e época passou a ter um caráter maior de organização política a fim de conscientizar e contribuir na organização popular.

Este foi sem dúvida um momento de forte articulação dos compromissos políticos assumidos com movimentos sociais populares, nos quais consideramos como movimentos de classe que tiveram por objetivo a condução da transformação da sociedade a partir do lugar político popular.

Podemos afirmar que a própria educação popular constituía a educação libertária⁴. Brandão (2002) nos aponta que, naquela época, o objetivo dos movimentos populares articuladores da educação popular não estava pautado na reforma restrita de alguns setores da sociedade, como a questão agrária, por exemplo, mas a uma transformação completa da estrutura social dos seus sistemas de produção, de poder e de organização da vida social e cultural em todos os seus

planos e domínios, uma educação que tornasse os sujeitos livres da opressão do capitalismo.

Para Paludo (2001, p. 204), podemos apontar como uma das “[...] condições para o restabelecimento de identificações mais próximas, a construção e o resguardo da autonomia das organizações populares e do seu protagonismo tanto cotidiano, quanto nos espaços públicos e na sociedade.” Nesta observação, a autora mostra a necessidade de estarmos atentos para que as iniciativas de educação popular, dentro dos movimentos sociais e populares, não sejam cooptadas, quer seja por partidos, seja por igrejas, seja pelo Estado, seja por outras organizações que financiam as experiências, colocando, no cerne de sua análise, a autonomia da vida política dos movimentos sociais populares e de suas iniciativas.

2.2 Do Libertário /emancipatório ao Liberal/moderno - o apogeu e declínio da educação popular

A partir dos anos 60 no auge das ideias de Freire no Brasil temos, pela primeira vez, uma pedagogia anunciada como um projeto de uma política educacional legitimada nas classes populares e para as mesmas, como já analisamos anteriormente. Este projeto passa a levar em consideração, a realidade brasileira com vistas a sua transformação social, em que as classes populares assumem o protagonismo no papel central de um projeto voltado para as próprias.

Entretanto, como crítica a esse projeto, Paiva (1979) toma parte da obra de Freire intitulada “pedagogia do oprimido” como sendo um projeto nacional de desenvolvimento ou de emancipação nacional. Para a autora, este é o ponto chave do projeto que está em si carregado de contradições porque a mesma diz que a obra desconsidera o antagonismo das classes sociais no capitalismo, já instaurado no Brasil. Ao invés disso, questiona a autora o fato do problema se deslocar para a crítica ao colonialismo e à educação do colonizador em si. Ainda para ela, se a pretensão é, de fato, formular um projeto revolucionário e libertário de transformação da realidade da sociedade, torna-se imprescindível que tenhamos à mão categorias

mais precisas. Se a “[...] ‘pedagogia do oprimido’ é a pedagogia das classes dominadas, a pedagogia camponesa, a pedagogia operária, a pedagogia comprometida com a transformação profunda das estruturas sociais” (PAIVA, 1979, p. 12), então, ela precisa ser inserida no contexto dos antagonismos de classe e das lutas que decorrem daí.

Neste sentido torna-se imprescindível, observarmos que a crítica feita por Paiva ao projeto Freireano deve ser direcionada não ao projeto em si, mas sim ao modo como as classes dominantes se apoderaram das ideias de Paulo Freire para a dominação/alienação das massas, juntamente aos trabalhadores da educação e das classes populares, perpetuando um projeto capitalista de sociedade.

Levando em consideração o momento histórico e a importância deste projeto pedagógico para as concepções / correntes relacionadas à educação popular e às práticas da educação popular, torna-se fundamental entender, compreender e refletir sobre o centro da proposta pedagógica Freireana, em que a ação mediante uma reflexão consistes no núcleo articulador do dinamismo do processo pedagógico e da concretização de suas possibilidades no processo de mudança da sociedade e transformação da realidade.

De acordo com Freire (1975), a ação só tem condição de ser libertadora quando precedida de reflexão tendo a dialética da educação como mediadora entre a consciência e o mundo, entre a opressão e a emancipação dos indivíduos. A educação é vista como uma ação reflexiva de duplo sentido.

A proposta da educação popular tem como finalidade negar a proposta tradicional da educação - tradicional no sentido de ser a proposta pedagógica oferecida pelo sistema e, por tal, nega todas as aspirações e demandas das classes populares, além de não considerar o saber popular enquanto conhecimento.

Entretanto, ao reafirmar a ideia de que a intervenção educativa é histórica, política e cultural e de que somente a leitura séria e crítica da realidade podem indicar os percursos pedagógicos a ser construídos, a pedagogia libertária³ segundo

³ Conceito de educação libertária segundo o dicionário do pensamento Marxista (2001, p.124) o mesmo que emancipatória - Consiste em um projeto de educação que afirme a liberdade como autodeterminação coletiva para a imposição do controle humano tanto sobre a natureza quanto sobre as condições sociais de produção - "o pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças da

Brandão (1991) se consolida enquanto alternativa concreta de outro rumo ao processo de desenvolvimento brasileiro e ainda com uma estreita relação entre os intelectuais orgânicos, mais as classes socialmente excluídas e as estruturas de mediação.

Era preciso ainda fortalecer as classes populares não só para as “reformas de base”, mais para que além da implementação das reformas, se avançasse para um novo modelo de sociedade e ainda uma grande virada foi a de no plano pedagógico, a aceitação do fato de que as classes subalternas também são detentoras de um saber, conhecimento e cultura.

Segundo Paludo (2001), quando Paulo Freire começava a ser compreendido e as ideias dele aprovadas no o plano nacional de Alfabetização, o Golpe de 1964 abortou este movimento de educação. O golpe Militar não acabou apenas com as ideias pedagógicas Freireanas, mas extinguiu também a possibilidade de uma orientação democrática excludente de desenvolvimento.

A partir do golpe militar burguês e opressor de 1964, houve um retrocesso político na política de educação, sob uma violenta intervenção, a escola passa a ser meramente um aparelho reprodutor das ideologias do Estado, através das teorias reprodutivista. Essas para Saviani foram:

Essa visão crítico - reprodutivista desempenhou um papel importante em nosso país, porque de alguma forma impulsionou a crítica ao regime autoritário e à pedagogia autoritária desse regime, a pedagogia tecnicista. De certa forma, essas teorias alimentaram reflexões e análises daqueles que em nosso país se colocavam na oposição à pedagogia oficial e a política educacional dominante. Nessa fase havia, pois, uma indiferenciação: a perspectiva crítica aparecia como se fosse dotada de certa homogeneidade, em que não se distinguia o reprodutivismo do não reprodutivismo; o próprio reprodutivismo era entendido como de inspiração marxista, de caráter dialético, e esses enfoques ficavam mais ou menos misturados, imbricados. Progressivamente, no entanto, foram tornando-se cada vez mais evidentes os limites da teoria crítico- reprodutivista. Ela revelava-se capaz de fazer a crítica do existente, de explicitar os mecanismos existentes, mas não tem proposta de intervenção prática, isto é, limita-se a constatar e, mais do que isso, a constatar que é assim e não pode ser de outro modo. (SAVIANI, 2011, p.58)

natureza bem como da própria natureza da humanidade". Tal condição só é possível se os meios e modos de produção de propriedade privada passar a ser geridos e controlados pelos trabalhadores. Assim então cada indivíduo terá os meios de cultivar seus dotes e possibilidades em todos os sentidos.

Devido ao fato destas teorias reprodutivistas ganharem força pelo ciclo das ditaduras e o uso da educação de forma parcial no âmbito escolar pelas elites sob a ótica da segurança nacional como cenário conjuntural, não só no Brasil, mais em todo o continente Latino Americano. Neste mesmo contexto, a partir dos anos 70, o movimento de educação popular tem como espaço central os locais de moradia das classes pobres e excluídas.

Com objetivos políticos principalmente de silenciamento dos movimentos de educação popular, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em 1967. Este movimento tinha uma estratégia pedagógica estimular o individualismo e a adaptação à vida moderna, instaurando a filosofia da responsabilidade pessoal como único fator responsável pelo êxito / ou fracasso. O Mobral explicitava restrições contra a concepção político - filosófica de educação popular Freireana. Não só era contra a “ação mediante prática reflexiva” no processo educacional, como o próprio ato de ação reflexiva era visto pela burguesia como uma ameaça a ordem do sistema ditatorial capitalista, não só no campo social, mais em todas as outras esferas da vida social.

Segundo Sauner (2002), o Mobral surge como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho, no ano de 1947. Campanhas que agrupavam pessoas com conhecimentos e bagagens distintas decorridas das vivências no campo familiar, social e do mundo do trabalho. Que desconsiderava a necessidade de uma pedagogia que compreendesse a faixa etária dos jovens, dos adolescentes, dos adultos e os da terceira idade. Dessa forma, se a prática da alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava vinculada a um processo de conscientização da população sobre sua realidade, como rompimento a essas campanhas assistencialistas e conservadoras, com o golpe, a alfabetização se restringe a um exercício mecânico de aprender a “desenhar o nome”.

Sob a máscara de erradicação do analfabetismo, sua preocupação era somente fazer com que seus alunos “aprendessem” a ler e escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem.

Uma das causas do fracasso do MOBRAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e do adulto brasileiros está relacionada aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava-se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um "cursinho" de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBRAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram (SAUNER, 2002, p.59).

Podemos constatar que surge uma educação pensada de cima para baixo, de fora para dentro, excluindo a construção de dentro para fora vinda do analfabeto, que seria ajustado pelo educador. Paiva nos mostra mais uma vez, a proposta dos grupos e movimentos da época.

Os diversos grupos lançam-se ao campo de atuação com objetivos políticos claros e mesmos convergentes... Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente, buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, impulsionados fortemente pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços com o exterior e a valorização da cultura autenticamente, a cultura do povo. Para tanto a educação parecia um instrumento de fundamental importância (PAIVA, 1978, p. 230).

Iniciou-se ainda, logo após o golpe militar da burguesia, o processo de desaparecimento dos grupos de educação popular. Para Cunha e Góes (2002, pp. 33-40), a ditadura militar lançou por terra definitivamente o conceito de democracia e de liberdade individual em nosso país. Como um movimento político retrógrado e autoritário, ela prendeu, torturou, executou e cassou. No sistema educacional, decretou o fim dos movimentos de educação e cultura popular. Educadores e aliados, comprometidos com a mudança, foram cassados, presos e torturados. Instalou aparelhos, como a censura, e uma mídia tendenciosa e alienante, que difundia as ideologias do regime militar frente à degradação de ideais comunistas mostrados como ameaça para a saúde do Estado e da ordem pública. A ação política do golpe militar se baseava, principalmente, na palavra "ordem" presente na nossa bandeira acompanhada de um "progresso", como sendo os compromissos de um regime que apresentava uma mascarada ideia de calma, tranquilidade e seguridade social.

Portanto, entendemos que o MOBRAL, seguindo os rastros das campanhas de alfabetização passadas, não se diferenciou delas, no campo que tange ao preconceito contra o analfabeto. Não fugiu ao aspecto redentor, missionário, assistencialista e burguês existente em outras campanhas. O que diferencia o MOBRAL é que, além de se impregnar dos vícios de movimentos educacionais decorridos, ele nasce da repressão que tripudia todas as iniciativas pautadas por uma educação que, promovia o homem, de simples objeto a sujeito participante na construção da sua história e da história da humanidade.

2.3 A educação Popular: Entendendo o seu significado e desvendando os seus conceitos.

A prática da Educação Popular, a experiência da libertação, da emancipação é mais compreendida e mais sentida, quanto maior for à abertura do educador e educando para o diálogo. A prática dessa relação dialógica é condição fundamental para a concretização de um novo projeto de sociedade. Segundo FREIRE (1985, p 160) “O diálogo (...) não é concessão, nem presente, nem muito menos uma tática a ser usada, como a sloganização o é para dominar. O diálogo, como encontro dos homens para a “prenúncia” do mundo, é uma condição para a sua real humanização”.

No processo educativo, de acordo com Freire (1997), o ato de aprender o conhecimento já existente e produzir o conhecimento ainda não existente consiste nos dois principais momentos do ciclo gnosiológico (Processo de conhecimento), que são capazes de articular a teoria- entendida aqui como conhecimento historicamente construído- e a prática - o concreto nesse caso-, compreendida nesse sentido com as vivências, os conhecimentos construídos de forma espontânea, as culturas e os saberes dos educandos.

Tal articulação nesse processo de conhecimento, esta é a principal mediadora que possibilita o diálogo, o aprofundamento da temática, até que chegue então no processo de produção do novo saber. Desta maneira, não há possibilidade de haver

proposta separada da pesquisa, sem ensino-aprendizagem, vice e versa. E mesmo com todas as especificidades, tanto educando quando educador encontra-se em constante processo de ensinar/aprender.

Nesse sentido, o conhecimento não é algo que seja transferido para o educando, mas sim algo que se constrói e reconstrói, incansavelmente por meio da pesquisa e da relação dialógica estabelecida e continuamente renovado por ambos neste processo.

Neste processo de troca, há a superação da dicotomia conhecimento científico ou erudito e conhecimento popular. Essa superação acontece pelo cruzamento de saberes que viabiliza a construção de um saber diferenciado, um novo saber tanto para os educandos como para os educadores. Há também a superação da dicotomia entre teoria e prática, visto que produto sobre a reflexão sobre o vivido, fecundado pelo conhecimento já existente, o novo saber remete novamente a prática (ação). Prática que se revela, porque antecedida de reflexão, cada vez mais rica de possibilidades (PALUDO, 2001, p. 93).

Neste sentido, a tarefa central do educador popular consiste em saber criar e despertar a curiosidade dos educandos de tal forma, que tal curiosidade transite de “ingênua” para a epistemológica. Tal função se torna possível, uma vez que nesse processo as problematizações construídas sejam de forma dialógica. O ponto central nessa proposta Freireana é que o educador, parta sempre do contexto real e concreto da vida do educando.

Segundo Freire (1985) podemos dizer que processo de leitura de mundo, da realidade parte da significação que os sujeitos fazem da situação. A pesquisa, problematização, busca, permitem a desconstrução e reconstrução de tal significação.

O diálogo para o autor é a essência do trabalho educativo (ou da ação político/cultural), tanto o educador, quanto educando, nessa perspectiva de educação popular pautada na dialogicidade, ampliam suas compreensões e potencializam as possibilidades de superação.

É de fundamental importância, direcionarmos nosso olhar para um projeto de educação popular que tenha como foco, não somente os espaços não-formais de ensino, mas que também tenha um compromisso real com a escola, especificamente a escola pública, pois é sabido que há uma luta constante de vários educadores pela garantia de uma escola pública e de qualidade.

A escola cidadã⁴, nesta perspectiva segundo Gadotti (1999) nasce do inconformismo de muitos educadores e não educadores com a deterioração do ensino público e da ousadia em enfrentar o discurso e a proposta hegemônica, confrontando-lhes uma alternativa, a partir de uma concepção democrática de educação.

Um papel primordial e fundamental da educação popular, seria a luta por direitos, mediante uma escola pública que não seja apenas a extensão da escola burocrática do Estado, mais, sobretudo que discuta a função social deste espaço, colocando em questão seus conteúdos e sua gestão. Cabe ressaltar, que esse movimento não tem a pretensão de negar o papel do Estado como principal articulador das políticas sociais. Entretanto, o que se coloca em questão é um movimento que reivindique a autonomia como vista a definição de um novo projeto político pedagógico, pois segundo o sociólogo Florestan Fernandes:

Democratizar o ensino não significa apenas expandir a rede de escolas mantendo padrões elitistas e o privilégio social. O ensino precisa ser democrático na sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas e nos produtos dos processos educacionais. (FERNANDES, 1989, p. 163)

Paiva também nos alerta no mesmo sentido:

Tornar a escola popular não implica torná-la substancialmente diferente das escolas da elite; é a esta escola que as classes populares querem arrancar do estado, submetendo-a à sua crítica sem deteriorar a qualidade nem abdicar do seu conteúdo. Mas a democratização do ensino implica a democratização dos ensinamentos que a gerem (e a mudança da mentalidade da

⁴ De acordo com Gadotti (2000), o conceito de uma escola cidadão é o lugar onde o conhecimento novo é resultado de um longo processo em construção do indivíduo. O autor, que teve inspiração nas obras freireanas, defende a escola em meio aos seus defeitos, valorizando principalmente suas qualidades. A escola é um espaço físico onde devem existir conversas, confrontos, discussões sobre política gerando insatisfações, pois o contrário disso ela deixa de ser autoritária para ser harmoniosa, sendo assim ela tem exercido um papel fundamental nas relações culturais e sociais.

burocracia escolar) e dos que se encarregam da planificação educacional e da orientação pedagógica a diferentes níveis da administração, democratizando o planejamento da expansão e melhoria da rede de ensino, incluindo a consulta à população a respeito de suas prioridades e expectativas em relação à escola. (PAIVA, 1984, p.34)

A participação popular torna-se condição fundamental, pois é neste exercício que a população assume a parte que lhe toca por direito. Desta forma cabe a nós educadores, educandos, pessoas, partidos, organizações e sindicatos que defendem os interesses das classes populares, a tarefa imprescindível de organizar a classe trabalhadora para enfrentar a burguesia e o capitalismo, explorar a propriedade privada dos meios e modos de produção e acabar com todas as formas de opressão e exploração.

Portanto, para o projeto de educação popular poder ser significativo, seria necessário trabalhar sob uma perspectiva conceitual extremamente crítica da mesma, cujas raízes estejam atreladas na teoria marxista clássica, com um olhar que fuja de qualquer tipo e forma de revisionismo e relativismo da teoria socialista. A educação popular deve estar atrelada a uma pedagogia de caráter e prática político-filosófica, que esteja pautada e tenha um compromisso com as camadas populares e de cunho Marxista.

Pedagogia marxista porque, essencialmente, a educação popular deve estar a serviço dos trabalhadores contra a burguesia e das massas historicamente excluídas em sua luta por direitos sociais no Brasil. Porque trata-se de uma educação de classes, uma educação classista que busque o intercâmbio de conhecimentos entre estas classes para formar e transmitir um saber crítico e sistematizado que permita a classe trabalhadora não apenas a transmissão de conhecimento em si, mais a completa emancipação de consciência dos sujeitos destas classes. Estes devem ser protagonistas e transformando da realidade onde vivem a partir de uma práxis revolucionária que deve começar ainda nas classes de educação popular. Enfim, a pedagogia Marxista tem o seu caráter organicamente revolucionário. Sobre a pedagogia revolucionária, Saviani afirma:

Penso que a tarefa da construção de uma pedagogia marxista, uma pedagogia inspirada no marxismo implica a apreensão concepção de fundo (de ordem ontológica, epistemológica e metodológica) que caracteriza o materialismo histórico. Imbuído dessa concepção, trata-se de penetrar no interior dos processos pedagógicos, reconstruindo suas características objetivas e formulando as diretrizes pedagógicas que possibilitarão a reorganização do trabalho educativo sob os aspectos das finalidades e objetivos da educação, das instituições formadoras, dos agentes educativos, dos conteúdos curriculares e dos procedimentos pedagógicos didáticos que movimentarão um novo éthos educativo voltado a construção de uma nova sociedade, uma nova cultura, um novo homem” (SAVIANI, 2012, p. 81).

Sendo assim, uma educação popular colocada em uma pedagogia marxista, é uma condição fundamental para contribuir com o fim da lógica do sistema capitalista e caminhar para um novo projeto de sociedade de caráter socialista, libertário e emancipatório. E no sentido deste contexto, temos como referencial de projeto de educação popular, as escolas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST).

No próximo capítulo, iremos analisar algumas das referências pedagógicas que apontam a educação no MST para problematizar como essas podem contribuir com uma educação pública e popular.

CAPÍTULO III

A educação do MST: Um novo referencial de Escola Pública?

Considero o Movimento Sem Terra muito importante para o futuro por uma característica particular. Eu escrevo muito sobre a necessidade de uma aliança substantiva, não formal, e o movimento é uma manifestação muito clara e importante dessa aliança, que é o futuro. (MESZÁROS, 2007)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é sem dúvida alguma, o mais importante movimento social e popular do Brasil e do mundo. Sua história e sua luta tem como bandeira a questão da terra para todos, por entender que a terra é o elemento básico para a vida. Entretanto, a história e as lutas do movimento transpassam a questão da distribuição de terra para todos, e está diretamente ligada á luta contra o projeto de sociedade capitalista, neoliberal e burguês no Brasil e por um novo projeto de sociedade que busque avançar rumo a um país mais igual, justo e fraterno e com melhores condições de vida para todos.

De acordo com os cadernos políticos e pedagógicos do movimento (1999), a história do MST, e conseqüentemente, do seu projeto de sociedade e de escola, remete o histórico das questões fundiárias que marcam o Brasil desde os tempos iniciais de colonização de 1500. Já no período colonial temos registros de diversos movimentos de luta anticolonial, latifundiária e pela distribuição de terra, sendo um dos principais o quilombo dos Palmares na Serra da barriga, uma região do atual

estado de Alagoas (AL) que tinha como destaque principal entre suas lideranças, a figura histórica de Zumbi dos Palmares. Além de Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de trombas e formoso, dentre outros movimentos de resistência.

Na atualidade, o MST é um movimento social organizado em 24 estados, onde há 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas. Em Janeiro de 2018, completando 34 anos de existência, o Movimento continua a luta pela Reforma Agrária, procurando organizar os pobres e a classe trabalhadora do campo e da cidade. Ainda segue a luta pela construção de um projeto popular de sociedade para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana, princípios definidos em seu primeiro congresso no ano de 1985 MST com a seguinte bandeira “Sem reforma agrária não há democracia”.

Nesse contexto, cresceram as lutas populares em defesa da Reforma Agrária, pela reorganização sindical e contra o governo militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgida em 1975, foi muito importante na retomada das lutas e na organização dos camponeses. Além disso, mesmo com toda a repressão do regime militar, a luta pela terra continuou ocorrendo em todas as regiões do país.

É nesse clima de enorme agitação política e de expectativa de crescimento da organização da classe trabalhadora que aconteceu o 1º Congresso Nacional, em 1985. Naquela ocasião, visando o crescimento do MST e da luta pela Reforma Agrária, surgiram os desafios de:

- 1º Colocar a Reforma agrária na agenda do país;
- 2º Consolidar a organização do MST nacionalmente;
- 3º Buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país;
- 4º Definir e implementar uma forma de luta contra os latifúndios.

Por isso, a palavra de ordem escolhida para o primeiro Congresso foi “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”. (MST. Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra, 2014).

De acordo com Fernandes (1998. p. 33), as transformações econômicas e tecnológicas que aconteceram na agricultura brasileira geraram o crescimento econômico concentrado das riquezas e a miséria de milhões de brasileiros. Nesse sentido, o MST surgiu para ocupar um espaço político, crítico e contra hegemônico na luta pelo direito a terra e pela Reforma Agrária, buscando autonomia e soberania popular a fim de superar todas as formas de submissão do grande capital e controle da burguesia. O MST atua na construção de um projeto alternativo construído pela classe trabalhadora, onde o próprio movimento é o educador.

Nesse sentido que pretendemos analisar o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, como movimento sociocultural, compreender o seu projeto político pedagógico enquanto uma referência para as escolas Públicas regulares e instrumento para a destruição do modelo capitalista hegemônico da Educação Pública brasileira.

O fundamento da educação do campo⁵ e militante do MST é considerar a socialização do saber sistematizado como diz Saviani (2008, p.85), e a democratização do conhecimento como um aspecto tão importante quanto à reforma agrária e a luta por terra para todos. Ademais, a educação é central no processo de construção da democracia popular, que possa atender as reivindicações dos trabalhadores e das camadas mais necessitadas da população. Por isso, segundo Caldart (1997), além de ações como acampamentos à beira de estradas, ocupações de terra e de marchas para lutar e pressionar pela desconcentração da terra, o MST luta desde sua fundação enquanto movimento social e popular pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos, da cidade, do campo e de acampamentos e assentamentos.

O movimento realiza grandes esforços para erradicar o analfabetismo dos acampamentos e assentamentos. A importância dada à educação pelo MST é mensurada pela afirmação de que investir em Educação é tão importante quanto à ação de ocupar a terra.

Nós do MST somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais. (...) compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro, em busca de igualdade e soberania popular. (Caderno de Educação, 1999, p. 09).

Segundo Caldart (1998), os trabalhadores desse movimento sentiram a necessidade de dar alguma educação às crianças, que fosse na própria região em que eles estavam assentados, por conta de todas as problemáticas com deslocamentos, distância, transporte entre outras preocupações, uma educação que fosse de fato transformadora, pautada nos ideais revolucionários.

⁵ Sobre o conceito de educação no Campo, ver “Educação em movimento: Formação de educadoras e educadores no MST” de Caldart.

As primeiras iniciativas educacionais realizadas nas ocupações e acampamentos ocorreram na década de 80, com primeiro encontro Nacional de professores de Assentamentos, em Julho de 1987, em São Mateus, no Espírito Santo. Tinha como objetivo começar a discutir uma articulação do trabalho que já se desenvolvia em vários estados.

De acordo com Munarim (2009) um dos pontos principais do Encontro foi a criação do Setor de Educação do MST, que tem como principal função à de articular e potencializar as lutas e as experiências educacionais já existentes, ao mesmo tempo que desencadear a organização do trabalho onde ele ainda não tenha aparecido espontaneamente. Os encontros nacionais dos professores de assentamentos logo se transformariam nas reuniões ordinárias do coletivo Nacional de Educação do MST, instância máxima de decisão do setor de Educação hoje.

O setor de Educação do MST realizou um evento Nacional importante, em Julho de 1997, em Brasília, que foi o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - I ENERA. Esse encontro representou uma síntese da década de trabalho desenvolvido em Educação pelo Movimento, bem como o olhar sobre o que seriam os novos desafios que surgiriam. Um ano após, em 1998, foi realizada também a conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, que seja vinculada ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui necessariamente um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso a uma Educação de qualidade.

O processo de organização destes sujeitos coletivos do campo desencadeia o movimento de luta pelas referidas políticas públicas, como pode ser observado na realização do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), em julho de 1997, realizado em Brasília, Distrito Federal, promovido pelo MST, em parceria com diversas entidades como o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (CASAGRANDE, 2008, p. 772)

Nesse contexto surge uma proposta atrelada a pedagogia baseada na práxis revolucionária, para contrapor o projeto de educação atrelado a Burguesia. O momento inaugurava uma nova concepção de educação no campo que rompesse com a educação rural⁶.

A seguir, analisaremos os princípios pedagógicos e filosóficos elaborados pelo MST, como os pilares de seu projeto educacional, comprometido com a classe trabalhadora e a revolução popular.

3.1 Os princípios da Educação no MST

Ord.	Pilares Filosóficos
1.	A Educação não acontece só na escola, mas é um processo mais amplo, onde a luta pela escolarização é fundamental;
2.	O eixo central da luta pela escola é dado pela necessidade de uma escola Pública com qualidade;
3.	A escola do MST deve ter uma identidade com o meio Rural, seu currículo deve refletir essa identidade, assim como a criação de um ambiente educativo adequado ao espaço onde se desenvolvam suas atividades;
4.	O processo Educativo é um ato coletivo e todos os esforços devem ser feitos no sentido de se investir na formação dos educadores, o educador propriamente dito.
5.	Educação de Classe - uma educação que não esconda o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos como os educadores.
6.	Educação Massiva - o direito de todos à educação, com especial ênfase para a escolarização.
7.	Educação organicamente vinculada ao Movimento Social - uma educação que se desenvolva ligada as lutas, aos objetivos, a organicidade do MST, que pode melhor dar conta das suas demandas de formação participando efetivamente dos movimentos de mudança.

⁶ Sobre a definição de educação rural ver artigo "A questão agrária e a formação do educador do campo no século XXI: As contribuições da pedagogia da terra de Nair Casagrande".

8. 9.	Educação Aberta para o Mundo - uma proposta de educação do MST não quer dizer a limitação da realidade imediata ou nas lutas específicas é uma proposta de abertura de horizontes, de que “nada do que é humano pode parecer estranho”.
10.	Educação para a Ação - Uma educação que alimente o desenvolvimento da chamada “consciência organizativa”, que é aquela onde as pessoas passam da crítica a ação organizada de intervenção concreta na realidade.
11.	Educação aberta para o povo - aberta para ajudar a construir as novas relações sociais e interpessoais que vão surgindo dos processos políticos e econômicos mais amplos em que o MST está inserido.

Fonte: Caderno de Educação nº 8, Princípios da Educação no MST. 1996

Ord.	Educação com/ para valores humanistas
1.	O sentimento de indignação diante das injustiças e de perda da dignidade humana
2.	O companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos.
3.	A busca da igualdade combinada com o respeito as diferenças culturais , de raças , gêneros e estilos pessoais;
4.	À direção coletiva e a divisão de tarefas;
5.	O planejamento;
6.	O respeito a autoridade que se constitui através de relações democráticas e de coerência ética;
7.	A disciplina no trabalho, no estudo e na militância;
8.	A força/dureza necessária a militância política mesclada com a ternura e o respeito as relações interpessoais;
9.	A construção do ser coletivo combinada com a possibilidade de livre emergência das questões de subjetividade de cada pessoa;
10.	A sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente;

11.	O exercício permanente da crítica e da autocritica;
12.	A busca da formação em todas as dimensões e de superação dos próprios limites;
13.	O espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa da transformação e do bem estar do coletivo;
14.	O cultivo do amor pelas causas do povo, e o sentimento internacionalista das lutas sociais;
15.	A capacidade de sonhar, de partilhar o sonho e as ações de realizá-lo.

Fonte: Caderno de Educação nº 8, Princípios da Educação no MST. 1996

O MST luta por uma educação para a transformação social, princípio que se vincula aos processos sociais que buscam a transformação da sociedade atual e a construção de uma nova ordem social.

Os princípios filosóficos de educação do movimento tem um processo permanente de formação e transformação humana, o que revela a crença no ser humano e na sua capacidade de transformação.

Como analisamos, tais princípios do MST encontram-se completamente afinados com as reivindicações e necessidades da classe trabalhadora. Sendo assim, um projeto de educação que de fato possa romper com os valores alienantes, fragmentados da educação do sistema capitalista.

Um projeto de educação que deve caminhar na direção filosófica que aponte para a transformação social por meio de uma educação de classe, massiva, organicamente vinculada aos movimentos sociais e aberta para o povo. Que defenda a importância da vinculação direta da escola e os desafios postos em seu tempo histórico - como a reforma agrária e a luta por justiça/igualdade social, que se volte para as várias dimensões das pessoas como humanas, educando para os valores humanistas que construam os pilares de formação de um novo homem e uma nova mulher por meio de um processo permanente de formação e transformação humana em um olhar de crença nos seres humanos e em sua capacidade de transformação.

Esses princípios filosóficos também devem ser os pilares para a construção de um projeto de educação popular para a emancipação das classes populares, resgatando o sentido das ideias Freireanas por meio de uma pedagogia revolucionária.

Veremos a seguir os pilares pedagógicos do MST, a proposta do movimento para uma transformação social e educacional baseados nos princípios de luta, trabalho digno e soberania popular.

Ord.	Pilares Pedagógicos
1.	Relação entre prática e teoria
2.	Combinação Metodológica entre processo de ensino e capacitação
3.	A Realidade como Base da Produção de conhecimento: Método de ensino através de temas geradores, que são questões extraídas da realidade, em torno das quais se passa a desenvolver uma unidade de estudos, com conteúdos, didáticas e práticas concretas dos educandos integradas;
4.	Conteúdos formativos socialmente úteis;
5.	Educar para o trabalho e pelo trabalho;
6.	Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
7.	Vínculo Orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
8.	Vínculo Orgânico entre Educação e Cultura
9.	Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores;
10.	Atitudes e Habilidade de pesquisa;
11.	Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais:

Fonte: Caderno de Educação nº 8, Princípios da Educação no MST. 1996.

Ord.	Gestão Democrática
1.	A direção coletiva de cada processo pedagógico (...) com a participação efetiva da comunidade na gestão da escola (...) a relação desta escola com o conjunto de escolas do MST (...) subordinação aos seus princípios filosóficos e pedagógicos.
2.	A participação de todos os envolvidos no processo de gestão. Todos devem aprender a tomar decisões (...) respeitar decisões do conjunto (...) executar o que foi decidido (...) avaliar o que está sendo feito (...) repartir os resultados de cada ação coletiva (...) só acontece se o coletivo organizar instâncias de participação.

Fonte: Caderno de Educação nº 8, Princípios da Educação no MST. 1996.

Ord.	Auto- Organização dos estudantes
1.	A capacidade de agir por iniciativa própria (...) respeitando as decisões do coletivo...;
2.	A busca de soluções para os problemas...;
3.	O exercício da crítica e da autocrítica;
4.	Capacidade de mandar e de obedecer ao mesmo tempo;
5.	Atitude de humildade, mas também de autoconfiança e de ousadia;
6.	Compromisso pessoal com os resultados de cada ação coletiva...;
7.	Capacidade de trabalhar os conflitos nos processos coletivos;

Fonte: Caderno de Educação nº 8, Princípios da Educação no MST. 1996.

Um dos maiores desafios para a educação sempre foi conseguir fazer a relação entre teoria e prática, com a percepção, cada vez maior, da necessidade de articulação entre uma e outra. No MST, a defesa desse princípio como fundamental na proposta de educação, busca criar a capacidade de relacionar todas as demais situações da vida, superando aquela visão de que a escola é o lugar de conhecimentos teóricos para depois, fora dela, serem aplicados na prática.

Como os militantes afirmam no caderno da educação nº 8 (1996, p.1) isto significa: “organizar como o currículo em torno de situações que exigiam respostas práticas dos /das estudantes, respostas que só saberão dar (...) se pensarem bastante para relacionar o que encontram nos livros, com o que a professora esta dizendo, com coisas que os pais já disseram (...) com o que estão discutindo entre eles.”

A escolha dos conteúdos a serem trabalhados não é neutra, tem a ver com os objetivos sociais mais amplos. Deve-se analisar cada conteúdo a ser ensinado, questionando qual a sua contribuição concreta para a vida do educando. Trata-se de utilizar o principio da justiça social também nesta dimensão, ou seja, segundo os escritos do Caderno de educação (1996) selecionar conteúdos que estejam nas perspectivas de distribuição igualitária dos conhecimentos produzidos pela humanidade (...) que tenham a potencialidade pedagógica para educar os cidadãos e cidadãs da transformação social.

Vincular a educação ao trabalho aparece nos princípios como condição para a realização dos objetivos políticos e pedagógicos. Essa vinculação pode ser entendida em duas dimensões básicas e complementares: educação ligada ao mundo do trabalho, entendendo a escola como local privilegiado para dar conta de tais objetivos pedagógicos:

Desenvolver o amor pelo trabalho e, especialmente, pelo trabalho no meio rural...; Entender o valor do trabalho como produtor de riqueza (...) a diferença entre relações de exploração e relação igualitárias de construção social pelo trabalho...; Superar a discriminação entre o valor do trabalho manual e do trabalho intelectual...; Tornar mais educativo o trabalho que os estudantes já exercem nos acampamentos, nos assentamentos...; Vincular mais diretamente nos acampamentos, hábitos e posturas necessários aos postos de trabalho criado na conquista das áreas de Reforma Agrária. (Caderno de Educação, nº 8, 1996, p.16).

A educação é sempre vista como uma prática política, dentro de um projeto de transformação ou de conservação social. Vínculo orgânico entre educação e política é bem mais do que conservar sobre questões políticas. As escolas e cursos de formação são espaços que praticam a vivência cultural, não somente um espaço para “resgatar a cultura popular”, mas principalmente um ambiente que esteja

comprometido com a produção de uma nova cultura, de mudança, com a antecipação do projeto utópico de uma sociedade melhor.

Todos os princípios pedagógicos tem como centro a pessoa, só que não isolada, individual, mas como um sujeito de relações com outras pessoas, com coletivos e com um determinado contexto histórico e social. O processo educativo acontece em cada pessoa, mas só acontece se esta pessoa estiver com outras pessoas. Destaca-se a importância da relação pedagógica que se estabelece entre educadores e educandos e que é a base, sobre a qual estes princípios serão ou não concretizados.

Evidenciamos que os mesmos princípios são ideologicamente e politicamente compatíveis com a pedagogia revolucionária e os princípios/pensamentos Freireanos de educação, construídos em princípios sólidos para o alcance de um novo projeto de educação popular e uma nova proposta de escola pública, organicamente vinculada as massas e defensora dos interesses dos trabalhadores contra os interesses da burguesia e do capital.

Todos os fundamentos pedagógicos do MST, assim como os filosóficos, se associam diretamente às necessidades de um projeto de educação socialista, libertário e democrático, que os trabalhadores necessitam para combater o projeto de educação do Estado capitalista e construir uma nova concepção de mundo e de sociedade.

Diante disto, podemos afirmar que os princípios pedagógicos do MST são essenciais e devem ser parte integral de um projeto que permita que jovens, crianças e adultos possam ser os sujeitos emancipatórios de seus próprios destinos e transformadores da sua realidade social, partindo de uma práxis orgânica da seguinte premissa proclamada por Marx no Manifesto do Partido Comunista:

Os Comunistas proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista. Os

proletários nada têm a perder exceto seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários do mundo, uni- vos! (MARX, 2001, p. 66).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da educação no Brasil é extremamente complexa e está diretamente ligada à questão política e social. Apresentar uma nova proposta de educação, e conseqüentemente de escola pública, implica em apresentar um novo projeto político e social para o país, em suma, implica em apresentar um novo, ou melhor, outro projeto de sociedade em contraponto ao atual e vigente projeto liberal.

Refletimos que a Educação sozinha não deve e não é uma fórmula mágica responsável pelo pleno desenvolvimento da sociedade. Em realidade ao contrário, a sociedade é a responsável pelo desenvolvimento da Educação na medida em que esta legitima as propostas e projetos políticos postos e apresentados. Portanto, o grande desafio se torna a sensibilização da consciência das massas que compõe esta sociedade, os trabalhadores, a juventude, as mulheres e outros grupos de todas as classes. E a organização das mesmas através das associações de classe, sindicatos, partidos e movimentos populares.

Os movimentos sociais e populares representam a própria vida da sociedade, o modo como se dá à ação orgânica dos indivíduos que podem interferir diretamente e mudar o rumo político, filosófico, cultural e social da mesma. Sendo assim, uma proposta de Educação Popular para a Escola Pública, passa essencialmente pelas bases dos movimentos sociais e populares. Torna-se imprescindível que os professores rompam com a lógica “profissional” da Educação, atrelada a Educação Burguesa, assumindo-se como trabalhadores da Educação no sentido Marxista⁷ de Trabalho.

⁷ Sobre o sentido Marxista de trabalho - Karl Marx compreende o trabalho como atividade fundante da humanidade. E o trabalho, sendo a centralidade da atividade humana, se desenvolve socialmente,

Nesse sentido, o movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), nos oferece enormes possibilidades e referencia de trabalho, onde o mesmo não é somente um meio de vida, mas uma necessidade vital, aonde com o pleno desenvolvimento das pessoas em todos os seus aspectos, crescem e se desenvolvem também as forças produtivas para a criação de uma riqueza coletiva, ultrapassando o horizonte alienante e opressor do direito Burguês e sociedade Capitalista.

Seguindo essas bases, a escola do MST se apresenta como a melhor e necessária alternativa para a criação de uma nova forma de Escola Pública, um novo projeto contra hegemônico de Educação Popular, que leve de fato a mobilização massiva e permanente dos excluídos pela a sua sobrevivência e socialização do conhecimento, ideal esse que se opõe às teologias mercantilistas e às teses sobre o fim das classes, da história, das ideologias.

Enfim, o propósito da pesquisa foi trazer a percepção que as Escolas do MST tal como foi discutida e apresentada, são uma referencia concreta para as escolas Urbanas dos grandes centros, das periferias e das comunidades desse País. Seu próprio projeto político de formação militante junto à Educação Sistematizada. Torna-se cada vez mais necessário, para as escolas Públicas dos centros Urbanos, nesses tempos de Educação produtivista globalizada, para combater, contrapor e destruir o modelo de Escola Pública formadora de Mão de obra barata para o processo de produção Capitalista, explorado pela Burguesia, pois a proposta de Educação do MST está afinada com as concepções de trabalho Marxistas e com os interesses dos trabalhadores.

sendo o homem um ser social. Sendo os homens seres sociais, a História, isto é, suas relações de produção e suas relações sociais fundam todo processo de formação da humanidade. Esta compreensão e concepção do homem é radicalmente revolucionária em todos os sentidos, pois é a partir dela que Marx irá identificar a alienação do trabalho como a alienação fundante das demais. E com esta base filosófica é que Marx compreende todas as demais ciências, tendo sua compreensão do real influenciado cada dia mais a ciência por sua consistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda - **História da Educação e da Pedagogia** - São Paulo: Moderna, 2002.

ARROYO, Miguel G. (Org.) **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1986.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educação Popular - A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1989.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões princípios e programas, 2007.

CASAGRANDE, Nair. A questão agrária e formação do educador no século XXI. Curitiba: Rev. Diálogo educacional. Vol.8, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: Formação de educadoras e educadores no MST**. Petropolis: vozes, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. Roda Viva. In: CUNHA, Luiz Antonio, GÓES, Moacir de, 11º ed. **O Golpe na Educação**. Ed. Jorge Zahar, 2002.

DEITOS, R. A. XAVIER, M.E.S. O capital financeiro e a educação no Brasil. Campinas-SP, Tese. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2006.

ENGELS, Friedrich, **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** - 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GRAMSCI, Antônio - **Cadernos de Cárcere** - Volume 3 -1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 31º ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio, **A Produtividade da Escola Improdutiva**, Rio de Janeiro: ed. Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

GIROUX, Henry e SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antonio F. e SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

GÓES, Moacir de. In: CUNHA, Luiz Antonio (org), 11º ed. **O Golpe na Educação**. RJ, Ed. Jorge Zahar, 2002.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. SP, expressão popular, 2008.

_____. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. SP. Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István, 1930 - **A Educação Para Além do Capital** - 2ª ed - São Paulo : Boitempo, 2008.

MORIOGI, Valter - **A Escola do MST: Uma utopia em construção**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MST. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Disponível na internet: www.mst.org.br. Acesso em: 09/11/2013.

_____. Princípios de Educação no MST. Caderno de Educação, nº 8, São Paulo; Expressão Popular, 1996.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política no Brasil e outros Ensaio**s. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

PAIVA, Vanilda. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, Campinas, 2001.

PONTUAL, Pedro. A contribuição de Paulo Freire no debate sobre a refundamentação da educação popular. In: Revista de Educação, 2004.

SOUZA, João Francisco. Que educação é direito de todos? In: Revista de Educação, 2004.

SAUNER, Nelita F.M. Alfabetização de Adultos. Curitiba: 1º ed. Juruá, 2002.

SAVIANI, Derneval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara: onze teses sobre educação e política**. Campinas, SP, 1999.

_____. **Pedagogia Histórico – Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. Rev. Edu. Soc, Campinas, 2007.

SAVIANI, Demerval. DUARTE, Newton. - **Pedagogia Histórico Crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas,SP: Autores Associados, 2012.